



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO TOCANTINS
Av. Joaquim Teotônio Segurado, 102 Norte, Cj. 01, Lts 01 e 02 - CEP 77006-002 - Palmas - TO - www.tceto.tc.br

PARECER JURÍDICO

EMENTA: *Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Proposta de ajuste direto com fundamento na hipótese de Inexigibilidade prevista no Art. 74, caput, da Lei nº 14.133/2021. Participação de Servidores em evento presencial denominado: “IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil”. Análise jurídica.*

I - RELATÓRIO

1. Examina-se, no presente processo SEI nº 24.004361-8, autuado com o propósito de viabilizar a participação do Assessor Especial de Gabinete de Conselheiro **Kássio Inácio Monteiro de Moraes**, matrícula 27.037-5, e do Assessor Especial de Gabinete de Conselheiro **João Paulo Landin Macedo**, matrícula 27.033-2, ambos lotados na Quinta Relatoria - RELT5, no **IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil** no período de **11 a 14 de novembro de 2024**, na cidade de **Foz de Iguaçu - PR**.

2. Compulsando os autos, verifica-se que este se inicia com o Memorando (0743458), as Solicitações de Participação em Atividade Externa **240** e **256** (0743465 e 0748832), Despacho GABPR (doc.0748184); Comprovante do valor praticado em 2023 (0748501); Pesquisa de preços de passagens áreas (0748522); e Planilha **COADM** (0748507).

3. Ato contínuo, consta o Despacho nº. 29224/2024 (doc.0748728), por meio do qual a DIGIC determina o encaminhamento dos autos os autos à DIACA para manifestação acerca da regularidade acadêmica dos solicitantes; DIPED para emissão de Parecer Pedagógico e justificativa de escolha; COPDI para emissão de Parecer Administrativo Financeiro e justificativa de preço.

4. A DIACA informou não constar pendências acadêmicas em eventos com participação do servidor João Paulo Landin Macedo, matrícula nº 27.033-2, em relação ao servidor Kássio Inácio Monteiro de Moraes, matrícula nº 27.037-5, CONSTA uma desistência sem justificativa no curso "*Prescrição no âmbito do Controle Externo*", realizada em setembro de 2023.

5. Verifica-se que constam nos autos o Parecer Pedagógico nº 143/2024 (doc. 0748759) relatando que o "**IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil** atende aos requisitos pedagógicos e contribuirá para o aprimoramento dos conhecimentos profissionais dos servidores requerentes", manifestando-se em favor da continuidade do pleito e o Parecer Administrativo Financeiro nº 155/2024 (0749126), o qual atesta o amparo legal da despesa no valor total de **R\$ 17.224,68 (dezessete mil, duzentos e vinte e quatro reais e sessenta e oito centavos)**, e informa a disponibilidade orçamentária na Ação 2177 (Capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada de membros, servidores do TCE/TO e jurisdicionados, agentes públicos e cidadãos) para o custeio das despesas estimadas.

6. Na ocasião, consta a Declaração 3284 (0749438), subscrita pelo servidor Kássio Inácio Monteiro de Moraes, matrícula nº 27.037-5, que justifica sua desistência de participação no curso **Prescrição no âmbito do Controle Externo**, e ressalta o seu bom desempenho na participação em cursos internos e externos, e sua constante busca por aperfeiçoamento acadêmico e profissional.

7. Por meio do Despacho/GABPR 29920 (doc. 0750646), a Presidência desta Corte de Contas autoriza o prosseguimento do feito.

8. Deste modo, foram colacionados os autos a justificativa do preço (doc. 0749127); emissão dos Bilhetes Aéreos (0751537 e 0751540); as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária da Associação responsável pela realização do evento (0748502, 0748504, 0748505, 0748506).

9. Após, foi emitida a Autorização nº.237/2024 (0751745), o DD- Detalhamento de Dotação nº.970 (0751767), Certidão de Licitação Inidôneo (0753672), Certidão CEIS/CNEP (0753711) e o Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral (0753730).

10. Por fim a COLCC elaborou a Minuta da Portaria de Inexigibilidade de Licitação (0753712) e encaminhou os autos a esta ASSJ para fins de análise e emissão de Parecer Jurídico (0753770).

11. É o relatório, passa-se a análise.

II - FUNDAMENTAÇÃO

12. Inicialmente, urge salientar que a presente manifestação toma por base, exclusivamente, os elementos que constam, até a presente data, nos autos do processo administrativo em epígrafe. Incumbe a esta Consultoria o exame sob o prisma estritamente jurídico, não lhe competindo adentrar a conveniência e à oportunidade dos atos praticados no âmbito da Administração deste Tribunal de Contas, nem analisar aspectos de natureza eminentemente técnico-administrativa.

13. A Carta Magna estabeleceu em seu art. 37, inciso XXI, a obrigatoriedade da realização de licitação para as contratações de obras, serviços compras e alienações, contudo, excetuou os casos previstos na legislação específica, qual seja, a Lei 14.133/2021.

14. Com efeito, o Estatuto Licitatório previu contratações diretas nos casos de inexigibilidade de Licitação:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos;

b) pareceres, perícias e avaliações em geral;

c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;

d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;

e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

g) restauração de obras de arte e de bens de valor histórico;

h) controles de qualidade e tecnológico, análises, testes e ensaios de campo e laboratoriais, instrumentação e monitoramento de parâmetros específicos de obras e do meio ambiente e demais serviços de engenharia que se enquadrem no disposto neste inciso;

IV - objetos que devam ou possam ser contratados por meio de credenciamento;

V - aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.

...

§ 3º Para fins do disposto no inciso III do caput deste artigo, considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

§ 4º Nas contratações com fundamento no inciso III do caput deste artigo, é vedada a subcontratação de empresas ou a atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

15. Dessa forma, constata-se, no próprio dispositivo, a possibilidade de contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, tais como àqueles que se referem a treinamento e aperfeiçoamento, utilizando-se do instituto da inexigibilidade de licitação, tendo em vista que a disputa seria contrária a vontade do contrato tornando-se sem sentido.

16. A inexigibilidade, de acordo com o *caput* do artigo citado, será aplicada quando for inviável a licitação. Neste sentido, leciona Zanella Di Pietro, nos casos de inexigibilidade não há possibilidade de competição,

porque só existe um objeto ou uma pessoa que atenda às necessidades da Administração; a licitação é, portanto, inviável.¹

17. Celso Antônio Bandeira de Mello, assim definiu a inexigibilidade de licitação, *in verbis*:

“Segue-se que há inviabilidade lógica deste certame, por falta de seus ‘pressupostos lógicos’, em duas hipóteses: a) quando o objeto pretendido é singular, sem equivalente perfeito...b) quando só há um ofertante. Em rigor, nos dois casos cogitados, não haveria como falar em ‘dispensa’ de licitação, pois, só se pode dispensar alguém de um dever possível. Ora, em ambas as situações descritas a licitação seria inconcebível.” Celso Antônio Bandeira de Mello, p.498.

18. Neste sentido, destaca-se a doutrina do Professor Ronny Charles:

“Nesta feita, competição inviável, para fins de aplicação da hipótese de inexigibilidade licitatória, não ocorreria apenas nas situações em que é impossível haver disputa, mas também naquelas em que a disputa é inútil ou prejudicial ao atendimento da pretensão contratual, pelo confronto e contradição com aquilo que a justifica (o interesse público)”

19. No caso em tela estamos diante de inscrição de um Curso, voltado aos servidores públicos, ou seja, aberto a terceiros. Nesse particular, considerando os cinco incisos do art. 74 da Lei nº 14.133/2021 já citados alhures, é possível notar que o objeto perseguido diz respeito a serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, isto é, guarda maior pertinência com o inciso III da norma citada.

20. Insta esclarecer que os serviços enumerados nas alíneas do inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021 como *serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual*, embora bem abrangente, é meramente exemplificativo. Pode haver algum outro serviço singular fora da lista que, da mesma forma que os lembrados na lista do legislador, também inviabilizam a competição e, por via de consequência, servem a justificar a inexigibilidade. A despeito disso, cabe clarificar que sempre que o serviço for de natureza singular, a contratação se fará por inexigibilidade, em virtude da situação fática de inviabilidade de competição, independentemente do teor do inciso III do artigo 74, que, no máximo, as reconhece.

21. Com relação a cursos abertos a terceiros é relevante dizer que esse tema quase não encontra tratamento específico na doutrina. Entretanto, como já mencionamos, deve-se atentar quanto à situação fática, ou seja, a inscrição de servidor em um evento educacional específico, isto é, único, tornaria inviável a competição? No nosso sentir a resposta seria SIM, haja vista que a singularidade do evento, por si só, já nos remete à uma especificidade, ainda que possa haver outros eventos com programação contendo o mesmo tema, ainda assim, o que se apresenta será único, considerando que não seria pertinente ser postos em comparação e disputa.

22. No entanto, necessário tecer alguns esclarecimentos em relação aos cursos abertos a terceiros, pois sob a nossa ótica, a fundamentação certa é a estabelecida no caput do art. 74 da nova lei de licitações e contratos administrativos e não em seu inciso III, alínea "f". Não se pode olvidar que antes mesmo de ser caso de singularidade e de demonstração de notória especialização, é hipótese de inviabilidade absoluta de competição primordialmente. A notória especialização dos palestrantes/instrutores pode servir de lastro para a justificativa da escolha daquele específico evento, para acomodação do ato em relação aos princípios de direito a que se submetem todos os agentes públicos. Mas não integra, necessariamente, a fundamentação jurídica do afastamento do *dever geral de licitar*.

23. É relevante notar que o **IX Encontro Nacional dos Tribunais de Contas do Brasil**, configura-se em um espaço de aprendizagem e discussões. Desse modo, torna-se uma oportunidade para promoção de aperfeiçoamento profissional (...) para a área de atuação dos servidores requerentes (...), conforme Parecer Pedagógico nº 143/2024 (Doc. Sei nº. 0748759).

24. Com relação a instrução processual, nota-se que os documentos exigidos no art. 72 da Lei nº 14.133/2021, por se tratar de hipótese de inexigibilidade de licitação, foram devidamente providenciados e acostados aos autos.

25. Valioso ressaltar que a justificativa do preço nas contratações por inexigibilidade de licitação requer a demonstração de equivalência do valor a ser cobrado da Administração com os valores praticados pela contratada em outros ajustes que contemplem o mesmo objeto ou objeto similar. Neste caso observa-se que foi acostada justificativa do preço e razão da escolha (Doc. Sei nº.0749127).

26. No que concerne a Minuta da Portaria de inexigibilidade, tendo em vista que esta **ASSJ** solidificou o entendimento de que para pagamento de inscrições de cursos abertos a terceiros a fundamentação mais razoável seria a estabelecida no *caput* do art. 74 da nova lei de licitações e contratos administrativos, desta forma, a fundamentação jurídica na referida minuta está de acordo com a referida legislação.

III - CONCLUSÃO

27. Ante o exposto, considerando que a presente análise fica restrita aos aspectos jurídico-formais, **manifestamos pelo prosseguimento** do feito, vez que o enquadramento de inexigibilidade de licitação, com base no ***caput* do artigo 74 da Lei nº 14.133, de 2021**, parece-nos adequado para o caso ora analisado, considerando se tratar de despesa com inscrição em evento único, voltado ao aperfeiçoamento de participantes, sendo, portanto, inviável a competição.

28. Por fim, alerta-se para a necessidade se promover a divulgação da portaria de inexigibilidade (§ único do art. 72 da Lei nº 14.133, de 2021).

29. Encaminhe-se os autos à **DIGAF** para adoção das providências de estilo.

30. É o parecer, s.m.j., que submeto à apreciação superior.



Documento assinado eletronicamente por **MARIA ALICE FRANCO LOGRADO**, **ASSESSOR I**, em 05/09/2024, às 14:22, conforme art. 4º da Resolução Administrativa TCE/TO nº 001, de 15 de outubro de 2014.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tceto.tc.br/sei/processos/verifica.php> informando o código verificador **0754375** e o código CRC **B0AEE2C6**.